



ROMI S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63

ROMI3
B3 LISTED NM



itag
Índice de Ações com Tag Along Diferenciado

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2023

Prezados Senhores: Submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores, Mercado de Capitais e à sociedade em Geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Romi S.A. ("Romi" ou "Companhia"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. Os indicadores econômicos do quarto trimestre de 2023 fecharam o ano apontando para um ambiente de estabilidade da economia, tanto no cenário doméstico quanto internacional. No entanto, já no início de 2024 o Índice de Confiança do Empresário no setor industrial registrou seu segundo mês consecutivo de avanço, alcançando 53,2 pontos em janeiro. O cenário de redução gradual dos juros brasileiros e de uma inflação controlada podem impactar positivamente o ano de 2024, fazendo que a indústria recupere os índices de confiança e realize novos investimentos. O benefício fiscal da Depreciação Acelerada, anunciado pelo governo e ainda aguardando aprovação, também poderá positivamente impactar as vendas da Companhia, quando e se aprovado. No mercado externo, a expectativa é de uma possível "pouso suave", situação essa que também proporcionaria um ambiente de maior confiança para os investimentos. Apesar dos desafios enfrentados pelos investidores em meio a um ambiente de investimento mais complexo, os líderes da indústria continuam a expressar certo otimismo, conforme evidenciado por esse índice. Isso ocorre em meio a um ambiente que demanda maior cautela na tomada de decisões de investimento. A Unidade de Negócio Máquinas BW concretizou pedidos relevantes durante os últimos trimestres, no continente asiático, nos Estados Unidos, assim como na Europa, o que resultou em uma carteira ao final de 2023 significativamente maior quando comparada ao ano de 2022. Os últimos anos têm sido marcados por um ambiente de incerteza e alta volatilidade, com grandes desafios em relação à gestão de volume de produção, por exemplo. Diante disso, continuamos implementando medidas com o objetivo de tornar a estrutura mais leve, com uma forma ainda mais ágil e flexível de planejar e produzir, de modo a responder rapidamente às oscilações da demanda. Ao longo dos últimos anos, efetuamos diversas otimizações, principalmente, nas estruturas indiretas e na automatização e digitalização dos processos internos. Estratégicamente, definimos como prioridade o desenvolvimento de novas gerações de produtos, com evolução significativa no conteúdo tecnológico, alinhadas às necessidades da Indústria 4.0, sendo que os produtos lançados nos últimos anos se consolidaram com muito sucesso nos

mercados doméstico e internacional. Focados no futuro, continuamos fortemente investindo no lançamento de gerações de máquinas e tecnologias a serem embarcadas nos nossos produtos. Também lançamos, em meados de 2020, uma solução para os nossos clientes, a locação de máquinas ROMI. Essa solução tem se mostrado altamente competitiva e proporcionado aos nossos clientes mais oportunidades de negócio e, consequentemente, de sucesso em suas operações. Esse novo negócio apresentou crescimento anual médio de mais de 70% nos últimos 3 anos, e com grande potencial de continuidade do crescimento para o futuro. Com o objetivo de apoiar financeiramente nossos clientes, em 2022 criamos uma *finance*, a PRODZ, que oferece linhas de crédito para a aquisição de máquinas, diretamente com a ROMI, de forma fácil, ágil, digital e descomplicada. A PRODZ realizou desde 2022, cerca de 200 operações, totalizando R\$81 milhões em créditos concedidos. Essas novas soluções têm suportado grande número de clientes em suas jornadas de crescimento e sucesso, e demonstram o propósito estratégico da Romi de cuidar do sucesso dos seus clientes. No mercado externo, fortalecemos as nossas estruturas para que possamos estar ainda mais próximos dos nossos clientes e consolidar a marca ROMI nos países onde atuamos. Essas estratégias estão se consolidando de maneira consistente e nos fornecem muita confiança de que estamos muito bem preparados para continuar capturando as oportunidades, tanto no mercado doméstico, quanto no Exterior. Em linha com as melhores práticas do mercado, a ROMI tem atuado nas ações ESG, focadas nas áreas de meio ambiente, responsabilidade social e governança corporativa. Assim, destacamos algumas práticas já implementadas: Portal e Relatório ESG, criação da Política de Diversidade e Inclusão, Treinamento para toda a Companhia e Semana de Compliance, e adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade e contra a corrupção, iniciativa do Instituto ETHOS, onde após o primeiro diagnóstico em 2021 a ROMI obteve a nota 5,4, e em 2023, após a melhoria contínua e implementação de novas práticas ESG, obteve a nota 8,1. Para conferir todas as ações realizadas pela empresa em todos os pilares do ESG, acesse www.romi.com/eshg/. Atualmente a Companhia faz parte dos seguintes índices da B3, sendo eles: IBRA (Índice Brasil Amplo), IDIV (Índice Dividendos), SMLL (Índice Small Cap), IGCT (Índice de Governança Corporativa Trade), IGC-NM (Índice de Governança Corporativa - Novo Mercado), IGC (Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada) e ITAG (Tag Along Diferenciado).

1. DESEMPENHO OPERACIONAL: Receita Operacional Líquida: A receita operacional líquida auferida em 2023 foi de R\$1,2 bilhão, 22,9% inferior à registrada em 2022, principalmente pela redução das vendas de máquinas ROMI no mercado externo e dos fundidos e usados no mercado doméstico. **Margens:** Em 2023, a margem bruta foi de 29,9%, que refletiu em uma queda de 2,1 pontos percentuais em relação à obtida em 2022, com destaque, para a Unidade de Negócio Máquinas ROMI. A margem operacional (*Earnings Before Interest and Taxes - EBIT*) registrada em 2023 foi positiva em 14,1%, apresentando uma queda de 2,9 pontos percentuais em relação a 2022. **Resultado Líquido:** O lucro líquido do ano de 2023 foi R\$164,6 milhões. **2. INVESTIMENTOS:** Ao longo do ano de 2023 foram investidos R\$126,4 milhões, sendo a maior parte deles destinados à automação, manutenção, produtividade, flexibilidade, competitividade das unidades do parque industrial e máquinas de fabricação própria alocadas para o negócio de locação de máquinas, todas dentro do plano de investimentos já previsto para o ano. **3. AUDITORIA EXTERNA:** Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a Companhia informa que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras, pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. **4. ARBITRAGEM:** As ações da ROMI encontram-se listadas no Novo Mercado da B3, segment diferenciado de listagem que engloba aquelas Companhias que, de forma espontânea, se destacam na adoção dos mais elevados padrões de governança corporativa. Conseqüentemente, a Companhia está vinculada à Câmara de Arbitragem do Novo Mercado da B3. Desta forma, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no seu Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
ATIVO CIRCULANTE									
Caixa e equivalentes de caixa	3	216.256	21.662	282.418	131.999				
Aplicações financeiras	3	66	118.814	32.066	118.814				
Contas a receber	4.i	101.665	151.459	240.727	262.214				
Contas a receber - Financiamentos PRODZ	4.ii	-	-	34.696	13.109				
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	5	170.821	162.993	170.821	162.993				
Estoques	6	446.596	501.668	607.007	640.797				
Partes relacionadas	8	19.238	28.851	-	-				
Impostos e contribuições a recuperar	9	7.700	31.441	15.928	41.880				
Outros créditos		9.590	8.781	17.232	17.128				
		<u>971.932</u>	<u>1.025.669</u>	<u>1.400.895</u>	<u>1.388.934</u>				
NÃO CIRCULANTE									
Contas a receber	4.i	2.555	9.850	5.050	15.787				
Contas a receber - PRODZ	4.ii	-	-	30.079	12.784				
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	5	232.033	243.845	232.033	243.845				
Partes relacionadas	8	41.538	31.297	-	-				
Impostos e contribuições a recuperar	9	60.811	56.434	60.817	56.440				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	12.860	11.967	17.492	19.006				
Depósitos judiciais	15	12.150	12.200	12.150	12.200				
Outros créditos		8.721	8.880	9.302	9.399				
		<u>370.668</u>	<u>374.473</u>	<u>366.923</u>	<u>369.461</u>				
Investimentos em controladas	7	248.900	198.103	-	-				
Imobilizado	11	386.466	346.383	454.679	420.275				
Propriedade para investimento	10	13.500	13.500	15.183	15.251				
Intangível	12	641	808	44.362	51.012				
		<u>1.019.965</u>	<u>933.267</u>	<u>881.147</u>	<u>855.999</u>				
TOTAL DO ATIVO		<u>1.991.897</u>	<u>1.958.936</u>	<u>2.282.042</u>	<u>2.244.933</u>				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Atribuído à participação dos controladores					Participação dos acionistas não controladores	
	Nota Explicativa	Capital social	Reserva de lucros	Reserva legal	Total	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucro líquido do exercício
Saldos em 31 de dezembro de 2021		637.756	160.461	73.234	233.695	91.837	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	215.027
Efeito de conversão para moeda estrangeira		-	-	-	-	(18.308)	(18.308)
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício		-	-	-	-	(18.308)	215.027
Aumento de capital		133.698	(133.698)	-	(133.698)	-	196.719
Dividendos intermediários		-	(7.333)	-	(7.333)	-	(7.333)
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	(59.547)	(59.547)
Dividendos distribuídos por controlada		-	-	-	-	-	(471)
Transferência entre reservas		-	144.729	10.751	155.480	-	-
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		133.698	3.698	10.751	14.449	(215.027)	(66.880)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		771.454	164.159	83.985	248.144	73.529	-1.093.127
Saldo em 31 de dezembro de 2023		771.454	164.159	83.985	248.144	73.529	-1.093.127
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	164.086
Efeito de conversão para moeda estrangeira		-	-	-	-	(4.106)	(4.106)
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício		-	-	-	-	(4.106)	164.086
Aumento de capital	17	133.318	(133.318)	-	(133.318)	-	-
Dividendos intermediários	17	-	(11.412)	-	(11.412)	-	(11.412)
Juros sobre o capital próprio	17	-	-	-	-	(72.184)	(72.184)
Dividendos distribuídos por controlada		-	-	-	-	-	(940)
Transferência entre reservas		-	83.696	8.206	91.902	-	(91.902)
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		133.318	(61.034)	8.206	(52.828)	-	(164.086)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		904.772	103.125	92.191	195.316	69.423	-1.169.511

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022
Receitas									
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.094.952	1.547.978	1.374.955	1.787.343					
Receitas relativas à construção de ativos próprios	93.316	64.932	93.316	64.932					
Perdas estimadas para créditos de liq. duvidosa	(4.187)	(940)	(4.187)	(636)					
Outras receitas operacionais, líquidas	7.286	4.588	59.835	26.920					
	<u>1.191.367</u>	<u>1.616.558</u>	<u>1.523.919</u>	<u>1.878.559</u>					
Insumos adquiridos de terceiros									
Materiais consumidos	(647.183)	(958.904)	(716.079)	(1.084.117)					
Outros custos de produtos e serviços prestados	(42.951)	(38.485)	(44.563)	(44.640)					
Energia elétrica, serviços de terceiros e outras despesas	(54.896)	(62.874)	(123.828)	(92.028)					
	<u>(745.030)</u>	<u>(1.060.263)</u>	<u>(884.470)</u>	<u>(1.220.785)</u>					
Valor adicionado bruto	446.337	556.295	639.449	657.774					
Depreciação e amortização	(43.644)	(36.687)	(56.038)	(50.746)					
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	402.693	519.608	583.411	607.028					
Valor adicionado recebido em transferência									
Resultado de participações societárias	57.052	20.562	-	-					

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS: A ROMI S.A. ("Controladora") e suas controladas (conjuntamente "Companhia" ou "Consolidado"), listada no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, desde 23 de março de 2007, com sede no município de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, tem por objeto a indústria e o comércio de bens de capital em geral, de máquinas-ferramenta, de máquinas para plásticos, de equipamentos e acessórios industriais, de ferramentas, partes e peças em geral; a análise de sistemas e a elaboração de programas para processamento de dados quando ligados à produção, comercialização e uso de máquinas-ferramenta e máquinas para plásticos; a indústria e o comércio de fundidos brutos e usados; e a exportação e importação, representação por conta própria ou de terceiros e prestação de serviços relacionados com suas atividades, bem como a participação, como sócia, acionista ou cotista, em outras sociedades civis ou comerciais e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e no exterior, e a administração de bens próprios e de terceiros. O parque industrial da Companhia é formado por treze fábricas, em três estabelecimentos na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, no Estado de São Paulo, e um na cidade de Reutlingen, na Alemanha, sendo essa unidade voltada para a produção de máquinas-ferramenta de alta precisão. A

Companhia ainda participa em controladas no Brasil e no exterior. **2. BASE DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTÁBEIS:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As práticas adotadas nas controladas são consistentes com as da controladora. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas considerando o custo histórico, como base valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de

Fluxos de caixa das atividades operacionais

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Ajustes de:

Resultado financeiro e variação cambial, não realizadas

Depreciação e amortização

Constituição (reversão) para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber e outros créditos

Reversão para realização dos estoques

Ganho na alienação de imobilizado e intangível

Resultado de participações societárias

Constituição de provisão para passivos eventuais

Variação nos ativos e passivos operacionais

Duplicatas a receber

Partes relacionadas (ativo e passivo)

Valores a receber - repasse FINAME fabricante

Estoques

Impostos e contribuições a recuperar

Depósitos judiciais

Outros créditos

Fornecedores

Salários e encargos sociais

Impostos e contribuições a recolher

Adiantamentos de clientes

Outras contas a pagar

Caixa gerado nas operações

Imposto de renda e contribuição social pagos sobre o lucro

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

Fluxos de caixa das atividades de investimento

Aplicações financeiras

Aquisição de imobilizado

Redução de capital de investida no exterior

Aquisição de intangível

Receita na venda de imobilizado

Dividendos recebidos

Aumento de capital em controlada

Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos

Novos empréstimos e financiamentos

Pagamentos de financiamentos

Juros pagos

Novos financiamentos - FINAME fabricante

Pagamento de financiamentos - FINAME fabricante

Juros pagos - Finame Fabricante

Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento

Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos

Caixa e equivalentes de caixa - no início do período

Ganhos cambiais sobre o saldo de caixa das controladas no exterior

Caixa e equivalentes de caixa - no fim do período

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 2.18. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023 que tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **2.2. Investimentos em empresas controladas - Consolidação:** (a) **Controladora:** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o controle é adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras nas controladas são reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção de efeito de tradução destas empresas, as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "Ajustes de avaliação patrimonial". Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento. Após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais são consideradas, e um passivo (provisão para patrimônio líquido negativo) é reconhecido somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da controlada. Do valor pago na aquisição, o montante que excede o valor justo do patrimônio líquido da adquirida na data da transação é tratado contabilmente como ágio por rentabilidade futura. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (Nota 2.10). Os dividendos recebidos de controladas são registrados como uma redução do valor dos investimentos. (b) **Consolidado:** A Companhia consolida integralmente as demonstrações financeiras da Controladora e de todas as empresas controladas. As informações sobre controle estão descritas na nota 7 - Investimento em controladas. A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na conta de "Participação dos acionistas não controladores". As transações e saldos entre a Companhia e suas controladas são eliminados no processo de consolidação e eventuais ganhos e perdas decorrentes destas transações são igualmente eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia. **2.3. Conversão de moeda estrangeira e das demonstrações das controladas no exterior:** Os saldos de ativos e passivos da controladora e das controladas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária) são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as consequentes demonstrações do resultado (receitas e despesas) são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações). As diferenças de efeito de tradução resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial". Ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento. (a) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas localizadas no Brasil. A moeda funcional das controladas no exterior é determinada com base no ambiente econômico principal em que elas operam, sendo que quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, essas são convertidas para o Real (R\$) na data do fechamento. (b) **Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** i) **Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. ii) **Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras são compostas por fundos de investimentos com títulos lastreados em LTN, LFT e NTN, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **2.5. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. Ativos financeiros: (a) **Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, conforme divulgado na Nota 2.16 - Reconhecimento de receita de vendas de produtos. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. (b) **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: i. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida). ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida). iii. Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais). iv. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. (c) **Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem duplicatas a receber, valor a receber - repasse FINAME fabricante, contas a receber com Partes Relacionadas, e outros ativos financeiros registrados como outros créditos no ativo circulante e não circulante. (d) **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. (e) **Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: i. Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou ii. A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). (f) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece as estimativas de perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma complementação para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas vitais em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. Divulgações adicionais referentes a redução ao valor recuperável do contas a receber de clientes são também fornecidas na nota explicativa 4. (i) **Passivos financeiros:** (a) **Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos. (b) **Mensuração subsequente:** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: (c) **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. (d) **Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos):** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide notas 13 e 14. (e) **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **2.6. Estoques:** Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As perdas para realização de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. **2.7. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico deduzido da respectiva depreciação, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados incorridos durante a fase de construção das novas unidades. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil-econômica estimada dos bens. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos. O valor residual e a vida útil-econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. As vidas úteis do ativo imobilizado por categoria estão descritas na Nota 11. O valor residual dos itens do imobilizado são baixados imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o respectivo valor recuperável. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **2.8. Propriedades para investimento:** As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na Nota 10. As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. **2.9. Intangível:** É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (Nota 12). Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios (tecnologia, relacionamento de clientes, carteira de clientes) são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida são amortizados ao longo de suas vidas úteis usando um método de amortização que reflète o benefício econômico do ativo intangível. Os ativos intangíveis são revisados anualmente para efeitos de avaliação por perdas pela não recuperabilidade, ou se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício. Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são registrados na rubrica de intangível, quanto aos requisitos de desenvolvimento. Quando esses critérios não são atingidos, esses gastos são registrados ao resultado do exercício quando incorridos como "Pesquisa e desenvolvimento". **2.10. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Na data de cada demonstração financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil, independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, os ativos intangíveis com vida útil

indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano em dezembro. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*) e a eventual redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada. **2.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos decorrentes de operações de curto e longo prazos, quando relevante, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado. A taxa de desconto utilizada reflete as condições de mercado. A mensuração do ajuste a valor presente é realizada em base exponencial "pro rata die", a partir da origem de cada transação. As reversões dos ajustes dos ativos e passivos monetários são contabilizadas como receitas ou despesas financeiras. **2.12. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas nos países onde a Controladora e suas subsidiárias operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos com vigência na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A despesa ou receita com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, são apresentados em separado, e não pelo líquido. **2.13. Benefícios a empregados:** A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e de aposentadoria (contribuição definida), assistência médica, odontológica e participação nos lucros. O plano de aposentadoria pós-emprego caracteriza-se na modalidade de plano de contribuição definida, sobre o qual a Companhia não tem nenhuma obrigação legal caso o plano não possua ativos suficientes para o pagamento dos benefícios obtidos pelos funcionários como resultado de serviços passados prestados. As contribuições ao plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa quando efetivamente incorridas, ou seja, no momento da prestação de serviços dos empregados à Companhia (Nota 18). **2.14. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Não há ações preferenciais. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.15. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **2.16. Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas. (a) **Venda de produtos:** A receita de contrato com cliente é reconhecida quando a obrigação de performance é satisfeita. A Companhia conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. Máquinas Romi e Máquinas B+W: Nesses contratos geralmente se espera que a principal obrigação de desempenho seja a entrega das máquinas. A distinção de outras obrigações de desempenho tais como a instalação/entrega técnica e treinamento são materiais no contexto do contrato e, portanto, não possuem impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Fundidos e Usinados: Nesses contratos geralmente se espera que a venda de produtos seja a única obrigação de execução, de modo que a receita de venda de equipamentos é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega do item. (i) **Contraprestação variável:** Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens para o cliente. A contraprestação variável é estimada no início do contrato e restringida até que seja altamente provável que não ocorra estorno de parcela significativa de receita, no montante da receita acumulada reconhecida, quando a incerteza associada à contraprestação variável for posteriormente resolvida. Alguns contratos com clientes de Fundidos e Usinados oferecem direito a desconto futuro por incremento de volume/produktividade. (ii) **Obrigações de garantia:** A Companhia geralmente fornece garantias para reparos gerais e não fornece garantias estendidas em seus contratos com clientes. Assim, a maioria das garantias existentes será de garantias na modalidade de asseguração de acordo com a IFRS 15 e CPC 47, que continuará a ser contabilizada de acordo com a IAS 37 e CPC 25 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, de forma condizente com sua prática atual. (iii) **Componente de financiamento:** Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos de curto prazo de seus clientes. Utilizando o expediente prático contido no CPC 47, a Companhia não ajusta o valor prometido de contraprestação para efeito de um componente de financiamento significativo se tem a expectativa, no início do contrato, de que o período entre a transferência da máquina para o cliente e o momento em que o cliente paga por este bem será de um ano ou menos. Adicionalmente, a Companhia identificou que na comercialização de máquinas seminovas, há componente de financiamento pois esta operação é financiada ao cliente final com recursos próprios da Companhia e o custo financeiro está inserido no valor de venda da máquina vendida. O preço de transação para estes contratos é descontado, utilizando a taxa que estaria refletida em uma transação de financiamento separada entre a Companhia e seus clientes no início do contrato, de modo a levar em consideração o componente de financiamento significativo. (iv) **Contraprestação não monetária:** A Companhia recebeu máquinas usadas de alguns clientes como parte de pagamento na compra de máquinas novas. O valor justo desta contraprestação não monetária recebida do cliente é incluído no preço da transação e mensurado quando a Companhia obtém o controle dos equipamentos. A Companhia aplica os requisitos do CPC 46 - Mensuração do Valor Justo na apuração do valor justo da contraprestação não monetária. (b) **Venda de lotes (próprios):** A Companhia por meio de sua subsidiária integral Rominor Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Rominor Empreendimentos") é uma entidade de incorporação de empreendimentos imobiliários, criada com o objetivo de realizar empreendimentos imobiliários em imóveis próprios da Companhia, tendo em vista que o seu patrimônio imobiliário de ativos é considerado propriedades para investimentos e/ou estoque. No modelo de venda de lotes sob contratos com parceiros, em linha com as orientações da CVM, a Companhia julga que o controle do terreno é passado diretamente para a "Rominor Empreendimentos" ao comprador do lote no momento da assinatura do contrato de compra e venda. Dessa forma, para aqueles projetos ainda em desenvolvimento, após a assinatura do contrato de compra e venda, a contabilização é da venda pela Companhia das benfeitorias alocadas a aquele lote diretamente para o comprador do lote e a receita dessa venda é registrada pelo método de percentual de performance incorrido, na rubrica "Outras receitas operacionais, líquidas". A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 - "Receitas de Contratos com Clientes", com base nas orientações contidas no Ofício circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, o qual estabelece procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação de certos tipos de transações oriundas de contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, adotando-se para o reconhecimento da receita o critério "over time". A entidade deve reconhecer receitas quando (ou à medida que) a entidade satisfizer à obrigação de performance ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente, vinculado ao progresso físico da obra. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo. Os montantes das receitas de vendas reconhecidas que sejam superiores aos valores efetivamente recebidos de clientes, são registrados em ativo circulante ou ativo não circulante na rubrica "Contas a receber". Os montantes recebidos com relação à venda de lotes que sejam superiores aos valores reconhecidos de receitas, são contabilizados na rubrica "Adiantamento de clientes". Os tributos incidentes sobre a diferença entre a receita incorrida de incorporação imobiliária e a receita acumulada submetida à tributação são calculados e refletidos contabilmente por ocasião do reconhecimento dessa diferença de receita. (c) **Receta financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.17. Provisões:** As provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente (legal ou não formalizada), é provável que haja uma saída de recursos e o valor da obrigação possa ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados à obrigação. Quando a provisão é mensurada usando o fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação presente, o seu valor é determinado através do valor presente desses fluxos de caixa. Quando o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão é esperado ser recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo quando o reembolso é virtualmente certo e o montante possa ser estimado com segurança. **2.18. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** O processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, opiniões formais de especialistas, quando aplicável, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (a) Vida útil de ativos de longa duração: a administração realiza revisão da vida útil dos principais ativos com vida útil definida anualmente. (b) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa e ativos de vida útil indefinida: anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) dos ativos de vida útil indefinida e, quando necessário, realiza eventuais perdas (*impairment*) dos ativos de vida útil definida. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 2.10). (c) Realização e obsolescência dos estoques: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 2.6. (d) Análise do risco de crédito para determinação da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 2.5 (i) (f). (e) Imposto de renda diferido ativo sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (Nota 2.12), assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive contingências advindas de processos administrativos e judiciais (Nota 2.17). (f) Análise dos demais riscos para determinação de provisões, inclusive contingências. Provisões são constituídas para todas as contingências para as quais seja provável uma saída de recursos para sua liquidação. A avaliação da probabilidade de perdas inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos e de especialistas, quando aplicável. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente. **2.19. Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 - Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. **2.20. Apresentação de informações por segmentos:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Conselho de Administração, responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e pela tomada das decisões estratégicas da Companhia (Nota 21). **2.21. Demonstração dos fluxos de caixa:** A Companhia classifica o pagamento de juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, e o recebimento de dividendos como atividades de financiamento e investimentos, respectivamente, em seu fluxo de caixa. Tal classificação foi adotada por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros e de retorno sobre investimentos, em linha com o disposto no item 33 do CPC 03 (R2). **2.22. ICP 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro:** Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, a IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo e avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda. **2.23. Adoção das IFRSs novas e revisadas:** **2.23.1 IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente:** No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2023. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras. a) CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021): A Companhia adotou o CPC 50 (IFRS 17) e correspondentes alterações pela primeira vez no exercício corrente. O CPC 50 (IFRS 17) estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) - Contratos de Seguro. A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices. A Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17). b) Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade: A Companhia adotou as alterações à IAS 1 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo "principais políticas contábeis" por "informações materiais da política contábil". As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Os parágrafos de apoio na IAS 1 também são alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições materiais são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser materiais devido à natureza das correspondentes transações, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só. O IASB preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do "processo de materialidade em quatro passos" descrito na Declaração de Prática 2. c) Alterações à IAS 12 Tributos sobre o Lucro - Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação: A Companhia adotou as alterações à IAS 12 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12. d) Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros - Definição de Estimativas Contábeis: A Companhia adotou as alterações à IAS 8 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações



ROMI S.A.		Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63		ROMI3		B3 LISTED NM		  Índice de Ações com Tag Along Diferenciado	
<p>★ continuação</p> <p>NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)</p>									
<p>substitua a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. 2.23.2 CPCs/IFRSs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas: Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. a) Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações Consolidadas e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto - Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i>. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou <i>joint venture</i>. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou <i>joint venture</i>. A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações. Os diretores da Companhia esperam que a adoção dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia no futuro caso transações dessa natureza ocorram. b) Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes: As alterações à IAS 1 publicadas em janeiro de 2020 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. O IASB alinhou a data de vigência com as alterações de 2022 à IAS 1. Se uma entidade aplica as alterações de 2020 para um período anterior, ela deve também aplicar antecipadamente as alterações de 2022. c) Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja aplicado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório). O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um covenant após o período de relatório. Porém se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de covenants pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a entidade divulga informações que permite aos usuários das demonstrações financeiras entender o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiu informações sobre os covenants (incluindo a natureza dos covenants e quando a entidade deve cumpri-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a entidade pode enfrentar dificuldades para cumprir os covenants. As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se uma entidade aplica as alterações para um período anterior, ela deve também aplicar antecipadamente as alterações de 2020. d) Alterações à IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações-Acordos de Financiamento de Fornecedores: As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. O termo 'acordos de financiamento de fornecedores' não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores: • Os termos e as condições dos acordos; • O valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos; • O valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento; • As faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores; • Informações sobre o risco de liquidez. As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. e) Alterações à IFRS 16 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback": As alterações ao IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i>, que satisfazem as exigências do CPC 47 (IFRS 15), para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine 'pagamentos de arrendamento' ou 'pagamentos de arrendamento revisados' de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais na IFRS 16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Como parte das alterações, o IASB alterou o Exemplo Ilustrativo na IFRS 16 e acrescentou um novo exemplo para ilustrar a mensuração subsequente do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento com pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Os exemplos ilustrativos também esclarecem que o passivo resultante de uma transação de venda e <i>leaseback</i> que se qualifica como venda na aplicação do CPC 47 (IFRS 15) é um passivo de arrendamento. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se o vendedor-arrendatário aplicar as alterações para um período anterior, ele deve divulgar esse fato. O vendedor-arrendatário aplica as alterações retrospectivamente de acordo com o CPC 23 (IAS 8) a transações de venda e <i>leaseback</i> celebradas após a data da adoção inicial, que é definida como o início do período anual de relatório no qual a entidade aplicou a IFRS 16 pela primeira vez. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.</p>									
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS:									
		Controladora		Consolidado					
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022				
Caixa e depósitos em conta corrente		37.912	8.327	93.351	49.254				
Certificado de depósito bancário "CDB" (a)		177.906	13.048	188.629	82.458				
Outros		438	287	438	287				
Total de caixa e equivalente de caixa		216.256	21.662	282.418	131.999				
Aplicações financeiras lastreadas por debêntures (c)		66	76.157	32.066	76.157				
Fundos de investimento DI e renda fixa (b)		–	42.657	–	42.657				
Total de títulos mantidos para negociação		66	118.814	32.066	118.814				
(a) Essas aplicações financeiras possuem rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI com vencimento em até 90 dias. (b) São compostas por fundos de investimentos com títulos lastreados em LTN e NTN. (c) Refere-se a aplicações financeiras com rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI com vencimento acima de 90 dias.									
4. CONTAS A RECEBER E CONTAS A RECEBER - FINANCIAMENTOS PRODZ: (i) Contas a Receber:									
		Controladora		Consolidado					
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022				
Clientes no país (Brasil)		82.217	133.308	104.930	134.431				
Clientes no exterior		22.508	19.085	142.217	133.173				
Estimativas de perda p/ créditos de liq. duvidosa		(3.060)	(934)	(6.420)	(5.390)				
Circulante		101.665	151.459	270.727	262.214				
Clientes no país (Brasil)		1.493	2.506	1.660	2.746				
Clientes no exterior		3.534	7.803	5.862	13.500				
Estimativas de perdas p/ créditos de liq. duvidosa		(2.472)	(459)	(2.472)	(459)				
Não circulante		2.555	9.850	5.050	15.787				
As duplicatas a receber de clientes estão registradas pelos seus custos amortizados, os quais se aproximam de seus valores justos. O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo circulante em 31 de dezembro de 2023 e de 31 de dezembro de 2022, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:									
		Controladora		Consolidado					
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022				
Valores a vencer		81.220	124.779	208.799	217.012				
Vencidos:									
De 1 a 30 dias		4.954	14.810	12.818	25.789				
De 31 a 60 dias		4.074	944	4.552	2.311				
De 61 a 90 dias		1.837	2.392	1.823	4.306				
De 91 a 180 dias		4.488	2.933	5.988	6.584				
De 181 a 360 dias		4.530	2.520	5.646	2.785				
Mais de 360 dias		3.622	4.015	7.521	8.817				
Total		23.505	27.614	38.347	50.592				
Estimativas de perdas p/ créditos de liq. duvidosa		(3.060)	(934)	(6.420)	(5.390)				
Total circulante		101.665	151.459	240.727	262.214				
Em 31 de dezembro de 2023, contas a receber de clientes líquido da PECLD no valor de R\$20.445 (2022 - R\$26.680 - Controladora) e R\$32.629 (2022 - R\$45.262 - Consolidado) encontram-se vencidas, mas não <i>impaired</i> . Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência ou para os quais a Companhia possui garantias reais. O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2023, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:									
		Controladora		Consolidado					
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022				
Valores a vencer:									
2025		–	4.009	–	2.430				
2026		–	1.018	–	5.058				
2027 e após		–	–	–	34				
Estimativas de perdas p/ créditos de liq. duvidosa		–	(2.472)	–	(2.472)				
Total - não circulante		–	2.555	–	5.050				
A movimentação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:									
		Controladora		Consolidado					
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022				
Saldo em 31 de dezembro 2022		–	1.393	–	5.858				
Créditos reconhecidos no exercício		–	–	–	–				
Créditos baixados definitivamente da posição		–	4.139	–	3.734				
Variação cambial		–	–	–	(699)				
Saldo em 31 de dezembro 2023		–	5.532	–	9.298				
As perdas para créditos de liquidação duvidosa são estimadas e constituídas com base na análise individualizada de cada cliente, sendo que para as transações em que há garantias reais, o valor da perda é calculado entre o valor realizável líquido e o valor do recebível da garantia real. A constituição e a baixa das perdas estimadas para contas a receber <i>impaired</i> foram registradas no resultado do exercício como "Despesas gerais e administrativas".									
(ii) Contas a Receber - Financiamentos ProdZ:									
		Controladora		Consolidado					
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022				
Circulante									
Clientes no país		–	34.696	–	13.109				
Estimativas de perdas p/ créditos de liq. duvidosa		–	(405)	–	(9)				
Não Circulante									
Clientes no país		–	30.079	–	12.784				
O saldo do contas a receber dos financiamentos PRODZ no ativo circulante em 31 de dezembro de 2023 e de 31 de dezembro de 2022, está distribuído conforme segue: Em 31 de dezembro de 2023, o contas a receber de clientes da PRODZ líquido da PECLD no valor de R\$702 (2022 - R\$42) encontram-se vencidas, mas não <i>impaired</i> . Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência ou para os quais a Companhia possui garantias reais. O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2023, da PRODZ, está distribuído conforme segue:									
		Controladora		Consolidado					
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022				
Valores a vencer		–	33.184	–	13.049				
Vencidos:									
De 1 a 30 dias		–	363	–	21				
De 31 a 60 dias		–	258	–	30				
De 61 a 90 dias		–	150	–	–				
De 91 a 180 dias		–	181	–	–				
De 181 a 360 dias		–	117	–	–				
Mais de 360 dias		–	37	–	–				
Total		–	1.107	–	51				
Estimativas de perdas p/ créditos de liq. duvidosa		–	(405)	–	(9)				
Total circulante		–	34.696	–	13.109				

continua →

Valores a vencer:

2025

2026

2027 e após

Estimativas de perdas p/ créditos de liq. duvidosa

Total - não circulante**5. VALORES A RECEBER - REPASSE FINAME FABRICANTE:**

FINAME a vencer

FINAME aguardando liberação (a)

FINAME em atraso (b)

Circulante

Estimativas de perdas p/ créditos de liq. duvidosa

FINAME a vencer

FINAME aguardando liberação (a)

Estimativas de perdas p/ créditos de liq. duvidosa

Não circulante**Total**

Os valores a receber - repasse FINAME Fabricante - são provenientes das vendas financiadas com recursos obtidos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Nota 14), e estão registrados pelos seus custos amortizados, os quais se aproximam de seus valores justos. FINAME fabricante refere-se a recursos especificamente vinculados a operações de venda com prazos de até 60 meses, incluindo carência de até 6 meses, obedecendo às condições previamente estabelecidas pelo BNDES à época do financiamento. Adicionalmente, consideram-se para definição das condições de financiamento as características do cliente. Os recursos são liberados pelo BNDES mediante a identificação do cliente e da venda, e o enquadramento do cliente às condições da Circular nº 195, de 28 de julho de 2006, emitida pelo BNDES, através de agente financeiro, com a formalização de um contrato de financiamento em nome da Companhia e anuência do cliente a ser financiado. As condições de valores, prazos e encargos da operação são integralmente refletidas nos valores a receber pela Companhia a serem repassados ao banco interveniente do contrato do qual a Companhia é a devedora. A Companhia possui reserva de domínio do equipamento objeto da venda até a liquidação final da obrigação pelo cliente. A diferença entre os valores a receber - repasse FINAME Fabricante - é representada por: (a) FINAME aguardando liberação: refere-se a operações que já foram caracterizadas e aprovadas pelas partes envolvidas, incluindo a preparação da documentação, a emissão da nota fiscal de venda e a entrega da mercadoria ao cliente. O crédito dos respectivos recursos em conta corrente da Companhia pelo banco agente estava pendente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em virtude dos prazos normais operacionais do banco agente. (b) FINAME em atraso: refere-se a valores a receber não quitados pelos clientes na data de vencimento. A Companhia registra estimativa de perda para eventual não realização desse saldo no montante correspondente à diferença entre o valor esperado de alienação da máquina recuperada, como resultado da execução da cláusula de reserva de domínio das máquinas vendidas (garantia real), e o valor do contas a receber do cliente inadimplente. Para os casos em que a garantia real não é localizada, é constituída provisão integral para perda sobre o saldo das contas a receber. As máquinas apreendidas como parte do processo de execução são registradas ao valor contábil, o qual não supera o seu valor de mercado, na rubrica de "Outros créditos", aguardando a decisão final da justiça, quando então são reintegradas e transferidas para o grupo de estoques. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de máquinas apreendidas, incluindo na rubrica de outros créditos, apresentava, na controladora e no consolidado, o montante de R\$1.163 (R\$78 em 31 de dezembro de 2022) no ativo circulante, e R\$7.479 (R\$7.502 em 31 de dezembro de 2022) no ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os valores a receber - repasse FINAME fabricante, controladora e consolidado, classificados no ativo circulante, estavam distribuídos como segue:

Controladora e Consolidado	
31.12.2023	31.12.2022
162.168	154.255

Valores a vencer

Vencidos:

De 1 a 30 dias

De 31 a 60 dias

De 61 a 90 dias

De 91 a 180 dias

De 181 a 360 dias

Mais de 360 dias

Estimativas de perdas p/ créditos de liq. duvidosa

Total - Circulante

A expectativa de realização dos valores a receber - repasse FINAME Fabricante, controladora e consolidado, classificados no ativo não circulante, é como segue:

Valores a vencer:

2025

2026

2027

2028 e após

Total - não circulante

A movimentação das estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

Controladora e Consolidado	
31.12.2023	31.12.2022
–	7.846
–	48
–	7.894

Saldo em 31 de dezembro de 2022

Créditos reconhecidos (ou baixados) no exercício

Saldo em 31 de dezembro de 2023

As perdas para créditos de liquidação duvidosa são estimadas e constituídas com base na análise individualizada de cada cliente, sendo que para as transações em que há garantias reais, o valor da perda é calculado entre o valor realizável líquido e o valor do recebível da garantia real. A constituição e a baixa das perdas estimadas para os créditos de liquidação duvidosas foram registradas no resultado do exercício como "Despesas gerais e administrativas".

6. ESTOQUES:

		Controladora		Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Produtos acabados		45.503	32.757	111.251	78.854
Máquinas usadas		4.119	1.145	4.119	1.145
Produtos em elaboração					



ROMI S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2023								
	Romi Itália e Controladas (1)	Romi Europa e Controladas (2)	Rominor Comércio (3)	Romi Machine Tools (4)	Rominor Empreendimentos (5)	Romi A.L. (6)	IRSA México (7)	Máq. Prod (8)	Total
Investimentos:									
Número de ações/cotas representativas do capital social	(a)	(a)	6.191.156	3.000.000	78	13.028.000	1.188.000		
Participação do capital social	100,0%	100,0%	93,07%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Ativo circulante	83.527	191.340	28.131	56.734	57.762	-	26.254	36.763	
Ativo não circulante	10.452	109.438	300	300	(1.423)	-	2.584	30.079	
Passivo circulante	53.197	152.607	1.991	43.655	197	-	23.094	420	
Passivo não circulante	39.198	49.513	-	12.103	-	-	10.557	-	
Patrimônio líquido (patrimônio líquido negativo) da controlada	1.584	98.658	26.440	1.276	56.142	-	(4.813)	66.422	
Movimentação do investimento:									
Saldo contábil do investimento em 31 de dezembro de 2022	10.603	104.897	30.505	(2.684)	17.327	8.044	(4.383)	26.726	191.036
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(109)	(4.033)	-	167	-	(447)	316	-	(4.106)
Dividendos declarados e distribuídos (b)	(8.910)	(2.206)	(12.618)	3.793	(14.088)	(200)	-	-	(26.706)
Resultado de participações societárias Aumento/Diminuição de capital em controlada	-	-	-	-	-	(7.397)	-	34.000	26.603
Valor patrimonial equivalente - saldo final em 31 de dezembro de 2023	1.584	98.658	24.608	1.276	56.142	-	(4.813)	66.422	243.877
Investimento em controladas	1.584	98.658	24.608	1.276	56.142	-	-	66.422	248.690
Provisão para patrimônio líquido negativo - controladas	-	-	-	-	-	-	(4.813)	-	(4.813)

(a) Os atos societários das controladas não possuem o capital dividido em cotas ou ações. (b) Distribuição de Dividendos efetuada pela subsidiária Rominor Comércio, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 31 de janeiro de 2023 e ratificada na Assembleia Geral Ordinária em 14 de março de 2023 foi autorizada a distribuição de lucros no exercício de 2022, ademais houve a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao resultado de 2023. A Companhia recebeu dessa distribuição no segundo trimestre de 2023 o montante de R\$10.938, e R\$1.680, respectivamente. (c) Houve a distribuição de Dividendos efetuada pela subsidiária Rominor Empreendimentos, aprovada pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 14 de março de 2023 no valor de R\$14.088. (d) Aumento de capital na subsidiária PROZ, até 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$34.000 havia sido integralizado. (e) Em setembro de 2023 houve o encerramento das atividades da subsidiária ROMI AL, descapitalizando a controlada.

	31.12.2022								
	Romi Itália e Controladas (1)	Romi Europa e Controladas (2)	Rominor Comércio (3)	Romi Machine Tools (4)	Rominor Empreendimentos (5)	Romi A.L. (6)	IRSA México (7)	Máq. Prod (8)	Total
Investimentos:									
Número de ações/cotas representativas do capital social	(a)	(a)	6.191.156	3.000.000	78	13.028.000	1.188.000		
Participação do capital social	100,0%	100,0%	93,1%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Ativo circulante	92.850	160.863	33.897	30.075	40.237	8.044	25.759	14.061	
Ativo não circulante	12.214	123.257	300	797	1.510	-	5.540	12.784	
Passivo circulante	47.904	133.094	1.421	21.187	24.420	-	24.706	119	
Passivo não circulante	46.557	46.129	-	12.369	-	-	10.976	-	
Patrimônio líquido (patrimônio líquido negativo) da controlada	10.603	104.897	32.776	(2.684)	17.327	8.044	(4.383)	26.726	
Movimentação do investimento:									
Saldo contábil do investimento em 31 de dezembro de 2021	9.148	141.126	22.479	(6.376)	3.339	12.920	(4.713)	2.000	179.923
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(1.367)	(16.916)	-	490	-	(946)	431	-	(18.308)
Dividendos declarados e distribuídos (b)	12.214	123.257	(6.561)	-	(4.498)	-	-	-	(11.058)
Resultado de participações societárias Aumento/Diminuição de capital em controlada	2.822	(19.313)	14.587	3.202	18.486	153	(101)	726	20.562
Valor patrimonial equivalente - saldo final em 31 de dezembro de 2022	10.603	104.897	30.505	(2.684)	17.327	8.044	(4.383)	26.726	191.036
Investimento em controladas	10.603	104.897	30.505	-	17.327	8.044	-	26.726	198.103
Provisão para patrimônio líquido negativo - controladas	-	-	-	(2.684)	-	-	(4.383)	-	(7.067)

(a) Os atos societários das controladas não possuem o capital dividido em cotas ou ações. (b) Distribuição de Dividendos efetuada pela subsidiária ROMINOR, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 01 de fevereiro e 20 de Julho de 2022 no valor de R\$3.130 e R\$3.413, referente ao segundo semestre de 2021 e ao primeiro semestre de 2022, adicionalmente a Companhia recebeu os dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$505. A companhia recebeu dessa distribuição, o montante de R\$2.913, R\$3.176 e R\$472, totalizando o montante de R\$6.561 em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, a Companhia recebeu distribuição de dividendos obrigatórios efetuada pela Rominor Empreendimentos, a ser submetida para aprovação na AGO - Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2023. (c) Aumento de capital em controlada na subsidiária PROZ, até 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$24.000 havia sido capitalizado. Redução de capital em controlada na subsidiária ROMI AL, até 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ (4.083) havia sido descapitalizado.

8. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, os saldos e as transações com partes relacionadas são os seguintes.

(i) Saldos Patrimoniais - Controladora:

	Contas a Receber		Contas a Pagar	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
CONTROLADAS DIRETAS				
Romi Europa	9.572	10.597	34	482
Romi Itália	2.868	2.261	-	-
Romi BW Machine Tools	5.539	6.083	166	-
Romi A.L.	-	-	-	772
Irma Máquinas México	14.672	17.667	2	6
Rominor Empreendimentos	-	4.497	-	-
Rominor Comércio	1.682	469	-	-
Total	34.333	41.574	202	1.260

CONTROLADAS INDIRETAS

B+W - Burkhardt+Weber	9.556	2.507	-	135
Romi France S.A.S.	5.619	2.925	-	-
Romi Máquinas España S.A.	7.766	10.330	-	-
Romi Machines UK	3.502	2.812	4	95
Total	26.443	18.574	4	230
Total	60.776	60.148	206	1.490
Circulante	19.238	28.851	206	1.490
Não Circulante	41.538	31.297	-	-
Total	60.776	60.148	206	1.490

(ii) Transações:

	Receita de venda de produtos		Resultado operacional e financeiro	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Romi Europa	8.091	7.443	636	2.403
Rominor Comércio	46	54	-	-
Rominor Empreendimentos	33	39	-	-
Romi Itália	8.869	11.395	-	-
Romi BW Machine Tools	10.426	16.734	781	1.110
Romi France S.A.S.	6.574	6.294	-	-
Romi A.L.	-	-	17	739
Romi Machines UK	6.766	25.878	61	982
Irma Máquinas México	7.282	16.851	92	189
B+W - Burkhardt + Weber	4.664	2.933	-	-
Romi Máquinas España	1.932	5.825	-	-
Prod	77	62	-	-
Total	54.761	93.508	1.587	5.423

Os principais saldos patrimoniais e transações com partes relacionadas supramencionadas são relativos a transações entre a Companhia e suas controladas. A Companhia realiza transações mercantis de fornecimento e compra de equipamentos, partes e peças com determinadas controladas, não possuindo transações relevantes com partes relacionadas de natureza distinta das operações descritas anteriormente. As decisões referentes a transações entre a Companhia e as controladas são tomadas pela Administração. Os títulos são vencíveis a curto prazo. A Companhia presta serviços administrativos, principalmente contábeis e jurídicos, à controladora Fênix Empreendimentos S.A. A receita acumulada até 31 de dezembro de 2023 foi de R\$155 (R\$152 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia realiza doações à Fundação Romi em valores fixados pelo Convênio chancelado pela Promotoria de Justiça. As doações acumuladas até 31 de dezembro de 2023 totalizaram R\$1.152 (R\$1.092 em 31 de dezembro de 2022). Conforme a Nota Explicativa 10 - Propriedade para investimento, por meio da controlada Rominor Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Rominor Empreendimentos"), houve o lançamento do loteamento fechado Vila Romi Residence, 35 lotes foram vendidos para Partes Relacionadas à Companhia no valor total de R\$14.400. Tais vendas foram realizadas a valor de mercado, em conformidade com a Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia e em linha com as práticas do Novo Mercado. A tabela de preços dos lotes e outras condições foram aprovadas na Reunião do Conselho de Administração de 29 de março de 2022, cujas deliberações foram tomadas exclusivamente pelos membros independentes do Conselho de Administração que se julgaram desimpedidos, conforme ata divulgada ao mercado na mesma data. Em 2022, a Controladora adquiriu ativo imobilizado (2 máquinas-ferramenta) de sua controlada indireta no exterior B+W - Burkhardt + Weber, no montante de R\$19.998, o qual representa o custo de construção dos bens do imobilizado. As remunerações dos administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 são como seguem:

	31.12.2023	31.12.2022
Honorários e encargos	7.702	7.345
Participação nos resultados	5.559	9.396
Plano de previdência privada	405	401
Assistência médica	339	271
Controladora	14.005	17.413
Honorários e encargos das empresas controladas	227	162
Consolidado	14.232	17.575

Os valores demonstrados encontram-se em conformidade com os limites propostos pelo Conselho de Administração e aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 14 de março de 2023.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR: Os impostos e as contribuições a recuperar estão representadas a seguir:

	31.12.2023	31.12.2022
Circulante		
IRRF	1.824	259
INSS	2	2
IPI	2.684	4.871
ICMS	2.460	24.767
PIS	130	1.161
COFINS	600	381
Total controladora	7.700	31.441
Impostos a recuperar de subsidiárias	8.228	10.439
Total consolidado	15.928	41.880
Não circulante		
Processo Selic (a)	58.255	52.970
ICMS	2.532	3.440
OUTROS	24	24
Total controladora	60.811	56.434
Impostos a recuperar de subsidiárias	6	6
Total consolidado	60.817	56.440

a) Processos fiscais ("Não incidência de IRPJ e CSLL sobre atualização monetária e juros oriundos de débitos tributários": Em 20 de março de 2019, a Companhia ingressou com Mandado de Segurança na qual busca a recuperação de tributos que julga ter pago indevidamente nos últimos cinco anos, em razão da não incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à atualização monetária e juros de mora na restituição e ressarcimento de créditos tributários. Tal matéria foi submetida ao rito de repercussão geral em 24 de setembro de 2021, onde ao julgar o recurso extraordinário número 1.063.187, o Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, decidiu pela não incidência do IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à atualização monetária e juros na restituição e ressarcimento de créditos tributários, conforme transcrito a seguir: "É inconstitucional a incidência de IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes a taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário". A Administração realizou a análise do referido processo à luz do arcabouço contábil vigente, sendo dois principais pronunciamentos analisados: (i) ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro; e (ii) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As análises levaram em consideração a opinião da Administração e dos especialistas tributários. Após diversas análises e discussões, concluiu-se que, o ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro seria o pronunciamento mais aplicável a essa situação em específico, pois a matéria trata especificamente de IRPJ e CSLL, ou seja, tributes sobre o lucro. Tal pronunciamento requer que a Companhia avalie se é "mais provável do que não" que o tratamento fiscal adotado será aceito pelas autoridades tributárias. Considerando-se tratar de uma ação judicial com rito de repercussão geral, aplicada a todos os demais processos que venham a ser julgados, o histórico recente de modulações do STF e a Companhia possui ação judicial ajuizada antes da referida decisão judicial do STF, a Administração concluiu que é mais provável do que não que a Companhia possuir o direito sobre este crédito na data de aprovação e emissão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de 30 de setembro de 2021 e, esta conclusão está de acordo com a opinião de nossos assessores jurídicos, dessa forma o reconhecimento desse crédito tributário foi realizado para o período findo em 30 de setembro de 2021. Os efeitos dos reconhecimentos representaram os seguintes impactos nas demonstrações dos resultados do terceiro trimestre de 2021: (i) receitas financeiras: R\$2,1 milhões; e (ii) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente: R\$42,9 milhões. Por fim, a ação judicial da Companhia encontra-se sobrestada desde 30 de março de 2021 até a presente data, junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia reavaliou e concluiu que não há fatos ou fatores que mudem a conclusão anteriormente alcançada no momento da emissão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de 30 de setembro de 2021.

10. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO: Em 2012 a Administração da Companhia decidiu, com base nas perspectivas de expansão das suas atividades no curto e médio prazo, classificar parte das propriedades na rubrica de "Propriedade para Investimento", mantendo-as com o objetivo de valorização de capital. Os montantes classificados em propriedade para investimento são de R\$13.500 (R\$13.500 - em 31 de dezembro de 2022) na controladora e R\$15.183 (R\$15.251 - em 31 de dezembro de 2022) no consolidado. As propriedades para investimento estão avaliadas ao custo histórico, e para fins de divulgação do seu valor justo a Companhia contratou avaliador independente, que através da aplicação de metodologia definida pelo Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, o qual também utiliza evidências no mercado relacionadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares, que avaliou essas propriedades ao valor justo, reduzido de eventuais custos de transação, no montante de R\$110.661 na controladora e R\$126.318 no consolidado. (i) Em abril de 2022, por meio da controlada Rominor Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Rominor Empreendimentos") houve o lançamento do loteamento fechado Vila Romi Residence, que conta com 339 lotes entre 300m² e 884m², cuja previsão de entrega e conclusão do empreendimento é 2024. Até o presente momento, as vendas estão indicando o Valor Geral de Vendas ("VGV") total estimado em cerca de R\$130.000 se mostrou adequado. A participação da Rominor Empreendimentos, subsidiária integral da Companhia nesse empreendimento é de 50% do VGV. Até a data destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a controlada "Rominor Empreendimentos" havia registrado o montante de aproximadamente R\$23.087 como contas a receber relativos à sua participação no loteamento. A Administração analisou as normas contábeis CPC47 - Reconhecimento de Receitas e as normas de CVM aplicáveis e, entendeu que, para o reconhecimento de toda a receita do empreendimento Vila Romi Residence, deve ser aplicado a metodologia *Percentage of Completion* ("POC"). Para a posição de 31 de dezembro de 2023, o percentual de conclusão das obras era de 81,86% conforme relatório de medição de obras, com impacto na rubrica de "Outras receitas operacionais, líquidas" no montante de R\$51.966 (tendo sido reconhecido desde o início da obra o saldo total acumulado de R\$66.568).

11. IMOBILIZADO: A movimentação do imobilizado, controladora e consolidado, está apresentada a seguir:

	Controladora					Consolidado					
	Terrenos	Prédios e pátios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Tecnologia da informação	Obras em andamento	Total			
Custo do imobilizado bruto											
Saldo em 1º de janeiro de 2022	3.997	210.158	388.615	10.072	4.574	30.444	23.784	671.561			
Adições	-	1.555	59.044	1.219	189	3.036	60.220	125.263			
Baixas	-	(16)	(14.451)	(197)	(83)	(4.513)	(3.621)	(22.881)			
Transferências	-	4.338	55.329	1.065	-	8.649	(69.381)	-			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.997	216.035	488.455	12.159	4.680	37.616	11.002	773.943			
Adições	-	1.839	48.086	959	11	820	71.803	123.518			
Baixas	-	(1)	(61.770)	(22)	(8)	(1.336)	-	(63.373)			
Transferências	-	728	59.360	(5)	(104)	-	-	(59.979)			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.997	218.601	534.131	13.091	4.579	37.100	22.826	834.325			
Depreciação acumulada											
Saldo em 1º de janeiro de 2022	-	123.197	234.009	8.212	3.696	27.247	-	396.362			
Depreciação	-	6.203	23.006	326	280	6.662	-	36.477			

ROMI		ROMI S.A.		Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63		ROMI3		B3 LISTED NM		itag	
<p>NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)</p>											
<p>13. FINANCIAMENTOS: A movimentação dos financiamentos, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:</p>											
Modalidade	Circulante		Não Circulante		Vencimento	Amortização do principal	Encargos financeiros	Garantia			
	2023	2022	2023	2022							
Projeto FINEP	150	–	84.000	–	15/05/2025	Trimestral	Taxa TR, acrescido de 3,3% a.a. + 0,99%	Fiança bancária			
Programa de Sustentação do Investimento - BNDES Inovação (b)	222	588	–	–	16/01/2023	Mensal	Taxa de até 4,00% a.a.	Alienação fiduciária de máquinas e hipoteca de imóveis e terrenos			
FINAME diversos	37	469	–	37	15/01/2024	Mensal	Taxas 3,50% a 10,53% a.a. (com variação TJLP 365/366)	Alienação fiduciária da máquina financiada/Aval Rominor/Nota Promissória			
Financiamento à Importação (FINIMP)	–	8.247	–	–	18/11/2022	Parcela única	Juros de 1,26% a.a. a 0,422% a.a.				
Financiamento à Importação (FINIMP)	–	2.561	–	–		Parcela única					
Financiamento à Exportação (NCE)	19.551	–	–	–	17/03/2025	Parcela única	Juros de 2,19% a.a. + CDI.	Aval Rominor			
Financiamento à Exportação (NCE)	21.348	11.089	10.722	54.226	01/03/2024	Parcela única	Juros de 2,89% a.a. a 0,77% a.a.				
Linha 4131	27.448	–	–	27.833	18/03/2024	Parcela única	Juros de 3,97% a.a. + CDI.	Fiança Bancária			
BNDES Exportação	56.022	–	–	55.959	15/10/2024	Parcela única	Juros de 3,14% a.a. + IPCA.	Alienação Fiduciária			
BNDES Exportação Linha 4.0	15.772	502	46.525	62.034	15/10/2024	Parcela única	Juros de 3,14% a.a. + IPCA.	Alienação Fiduciária			
Controladora	140.550	23.456	141.247	200.089							
B+W - Financiamento construção centro de tecnologia e administração - € (c)	10.419	–	29.563	7.690	30/06/2027	Trimestral	2,40% a.a.	Ativo imobilizado (Préio)			
B+W - Financiamento (Efeitos COVID-19) - € (d)	25.199	15.180	45.722	13.736	30/09/2023	Trimestral	2,00% a.a.	Ativo imobilizado (Préio)			
BNDES - EXIM	–	14.971	–	54.654	A cada liberação			Aval ROMI S.A.			
Outros - capital de giro	671	107	–	–							
Consolidado	176.839	53.714	216.532	276.169							

Moeda nacional	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro de 2022	129.361	94.184	223.545	329.883
Novas captações	84.000	–	84.000	100.325
Pagamento do principal	(906)	(20.151)	(21.057)	(26.293)
Pagamentos de juros	(14.731)	(1.650)	(16.381)	(18.611)
Variação cambial e monetária (principal e juros)	–	(4.925)	(4.925)	(8.966)
Juros no final do exercício	14.705	1.910	16.615	17.033
Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro de 2023	212.429	69.368	281.797	393.371
Circulante	81.904	58.646	140.550	176.839
Não circulante	130.525	10.722	141.247	216.532
	212.429	69.368	281.797	393.371

(a) Em maio de 2023, foi contratada pela Companhia junto à Financiadora de Estudos e Projetos (“FINEP”) a Linha de Financiamento “Inovação para Competitividade”, para projetos de inovação de produtos e processos da Companhia, com as seguintes características: Valor de até R\$ 146.018.245,36 (cento e quarenta e seis milhões, dezoito mil, duzentos e quarenta e cinco reais e trinta e seis centavos), com liberações anuais, sendo a primeira liberação de até R\$ 84.000.000,00 (oitenta e quatro milhões de reais) e a segunda de até R\$ 62.018.245,36 (sessenta e dois milhões, dezoito mil, duzentos e quarenta e cinco reais e trinta e seis centavos); Custo financeiro da TR, acrescido de “Spread Finep” de 3,3% a.a. e Taxa de Inspeção e Vigilância de 0,99%; Garantia através de fiança bancária; Prazo total de 84 meses, sendo 36 meses de carência para vencimento da primeira parcela e prazo de 48 meses para pagamento do principal, a contar da assinatura do contrato da operação a ser celebrado entre a Companhia e a FINEP. Esta captação foi isenta de exigência de cláusulas restritivas financeiras e não financeiras. (b) Em junho de 2023, a subsidiária Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH (“B+W”) firmou contrato de financiamento junto ao Itaú Unibanco S.A. (Nassau Branch) no valor de € 3,5 milhões (equivalente ao montante atual de R\$18.910), pelo prazo de 3 anos, com garantia através de aval da Companhia. O financiamento tem juros fixos de 5,7% ao ano são devidos trimestralmente. Esta captação foi isenta de exigência de cláusulas restritivas financeiras e não financeiras. **Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”):** Determinados contratos de financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas anuais e, contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que a Companhia mantenha determinados índices financeiros dentro de parâmetros preestabelecidos, atrelados a índices de endividamento e capitalização. Na avaliação da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados anualmente estão adequadamente atendidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Os vencimentos dos financiamentos registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2023, controladora e consolidado, são como seguem:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
2025	26.206	–	54.155	–
2026	27.508	–	50.867	–
2027 e após	87.533	–	111.510	–
Total	141.247	–	216.532	–

14. FINANCIAMENTOS - FINAME FABRICANTE:

Saldo dos financiamentos FINAME 31 de dezembro de 2022	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Novas captações	171.540	–	171.540	–
Pagamento do principal	(117.426)	–	(117.426)	–
Pagamento de juros	(53.273)	–	(53.273)	–
Juros no final do exercício	(162)	–	(162)	–
Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro de 2023	391.810	–	391.810	–
Circulante	–	162.410	–	162.410
FINAME Fabricante	–	–	–	–
Não Circulante	–	–	–	–
FINAME Fabricante	–	229.400	–	229.400
		391.810		391.810

Os contratos de financiamento FINAME fabricante são garantidos por notas promissórias e avais, sendo a principal garantidora a controladora Rominor, e os saldos são diretamente relacionados com os saldos da rubrica “Valores a receber - repasse FINAME fabricante” (Nota 5), tendo em vista que as operações de financiamento são diretamente vinculadas às vendas a clientes específicos. As condições contratuais relacionadas aos valores, encargos e prazos financiados no programa são integralmente repassadas aos clientes financiados e os recebimentos mensais oriundos da rubrica “Valores a receber - repasse FINAME fabricante” são integralmente utilizados para as amortizações dos contratos de financiamento vinculados. A Companhia atua, portanto, como repassadora dos recursos aos bancos intervenientes das operações de financiamento, porém permanece como a principal devedora dessa operação. Os saldos da rubrica “Financiamentos - FINAME fabricante” e, consequentemente os da rubrica “Valores a receber - repasse FINAME fabricante” em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 estavam atualizados e corrigidos monetariamente até as datas de encerramento das demonstrações financeiras. A diferença entre esses saldos no montante de R\$11.044 em 31 de dezembro de 2023 (R\$15.707 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a duplicatas em atraso, renegociações em andamento por atraso e operações ainda não liberadas pelo banco agente. A Administração entende não existirem riscos de realização desses montantes a receber, além de montante de perdas para créditos de liquidação duvidosa já registrados, tendo em vista que os valores possuem garantia real das próprias máquinas comercializadas. Os vencimentos de FINAME fabricante registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2023, controladora e consolidado, são como seguem:

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
2025	119.324	–
2026	78.275	–
2027	28.127	–
2028 e após	3.674	–
Total	229.400	–

15. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS: A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda provável, conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Fiscais	150	–
Cíveis	2.464	1.835
Trabalhistas	1.637	1.118
Total	4.251	2.953
Passivo circulante	3.848	2.683
Passivo não circulante	403	270
	4.251	2.953

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou as ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Fiscais	–	–
Excesso de IRPJ e CSLL s/JCP (i)	80.447	35.164
Glosa de créditos PIS e COFINS	13.864	11.547
Crédito de contribuição previdenciária s/pagamento de lucro aos Administradores	3.981	3.732
Saldo negativo IRPJ e CSLL	2.570	2.540
Glosa de créditos IPI	6.604	6.203
Multa isolada - Compensação não Homologada	–	677
Pagamento IRRF Duplicidade	3.148	2.986
Crédito de ICMS	165	128
Cíveis	–	–
Perdas e danos	13.799	11.664
Trabalhistas	3.203	3.347
Total Controladora	127.780	77.988
Processo em subsidiárias	–	–
Total Controladora e Consolidado	127.780	77.988

Para os processos cujas perdas foram classificadas como prováveis e obrigações legais em discussão judicial de inconstitucionalidade, a Administração registrou provisão para passivos eventuais e contas a pagar, cuja movimentação no exercício está demonstrada a seguir:

	Utilizações/reversões		Atualização monetária e Variação cambial	
	31.12.2022	Adições	31.12.2023	31.12.2022
Fiscais	–	150	–	150
Cíveis	1.835	732	–	(102)
Trabalhistas	1.118	1.694	(1.222)	46
Total Controladora	2.953	2.576	(1.222)	(56)
Total Controladora e Consolidado	2.953	2.576	(1.222)	(56)

Em 31 de dezembro de 2023 a natureza das principais causas, classificadas pela Administração com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco provável de perda, ou que constituem uma obrigação legal, é como segue: **(a) Processos fiscais passivos:** Corresponde às obrigações legais relativas a: (i) Excesso de IRPJ e CSLL s/JCP ano calendário 2007: Trata-se de dedutibilidade de Juros sobre Capital Próprio, tendo como base lucros de exercícios anteriores, que não foram distribuídos à época em que foram apurados. Conforme acompanhamento realizado por nossos assessores jurídicos, em 15 de fevereiro de 2023 foi publicada a decisão junto ao STJ negando provimento ao recurso especial da Fazenda Nacional e mantendo a decisão anterior de procedência da ação interposta pela ROMI. Em 5 de maio de 2023 ocorreu o julgamento do agravo interno interposto pela Fazenda Nacional em face da ROMI, tendo sido o recurso recebido e não provido, mantendo a decisão favorável à ROMI. Por fim, em 23 de novembro de 2023 foi certificado o trânsito em julgado do acórdão que desproveu o recurso especial da Fazenda Nacional, passando a ser definitiva a decisão que cancelou os lançamentos de IRPJ e de CSLL do ano-calendário de 2007. Excesso de IRPJ e CSLL s/JCP ano calendário 2019: Trata-se de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para exigir créditos de IRPJ e CSLL, referentes aos 1º, 3º e 4º trimestres de 2019, supostamente devidos em razão da apuração e dedução de despesas com Juros sobre Capital Próprio (JCP) em valor superior ao admitido pela legislação tributária, diante da utilização da base de lucros de exercícios anteriores, que não foram distribuídos à época em que foram apurados. Conforme acompanhamento realizado por nossos assessores jurídicos, foi interposto recurso voluntário junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e encontra-se aguardando julgamento. Excesso de IRPJ e CSLL s/JCP ano calendário 2020: Trata-se de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para exigir créditos de IRPJ e CSLL, referentes aos 1º, 3º e 4º trimestres de 2020, supostamente devidos em razão da apuração e dedução de despesas com Juros sobre Capital Próprio (JCP) em valor superior ao admitido pela legislação tributária, diante da utilização da base de lucros de exercícios anteriores, que não foram distribuídos à época em que foram apurados.

ROMI S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63

ROMI3
B3 LISTED NM

itag

Índice de Ações com Tag Along Diferenciado

Conforme acompanhamento realizado por nossos assessores jurídicos, foi apresentado Impugnação ao auto de infração remetido à Delegacia de Julgamento da Receita Federal e encontra-se aguardando julgamento. **Decisão do STF - Temas 881 e 885 de repercussão geral em 8 de fevereiro de 2023:** Em 13 de fevereiro de 2023, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM divulgou OFÍCIO CIRCULAR Nº 1/2023/CVM/SNC/SEP que trouxe a orientação sobre aspectos relevantes a serem observados na preparação e publicação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em relação a decisão do Supremo Tribunal Federal - STF de 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária. A decisão do STF que estipulou a perda de efeitos de uma sentença definitiva, transitada em julgado, sem possibilidade de recurso é válida apenas para tributos recolhidos de maneira continuada e diante disso, as áreas técnicas da CVM entendem que devem ser observados os pronunciamentos técnicos do CPC 24 e 25, quando da elaboração das demonstrações financeiras. Neste contexto, a Administração da Companhia avaliou juntamente com seus assessores jurídicos e concluiu que a decisão firmada pelo STF não traz nenhum impacto no conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, findas em 31 de dezembro de 2023. **(b) Processos cíveis:** Referem-se a processos cíveis em que figura a Companhia como ré, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) revisão/rescisão de contratos; (ii) indenizações e (iii) anulação de protestos de títulos com perdas e danos, dentre outros. **(c) Processos trabalhistas:** A Companhia constituiu provisão para contingências para ações trabalhistas em que figura como reclamada, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) horas extras pela diminuição do intervalo para refeição; (ii) insalubridade/periculosidade; (iii) estabilidade pré-aposentadoria; (iv) indenizações por acidente de trabalho/doença ocupacional e (v) responsabilidade subsidiária de empresas terceirizadas, dentre outros. **(d) Depósitos judiciais:** A Companhia possui depósitos judiciais no montante de R\$12.150 em 31 de dezembro 2023 (2022 - R\$12.200) de diversas naturezas, classificados no ativo não circulante, referente a processos remotos ou possíveis. As causas classificadas como de risco possível de natureza fiscal, cível e trabalhista discutem assuntos similares aos descritos acima. A Administração da Companhia acredita que o desfecho das causas em andamento não irá resultar em desembolso pela Companhia em valores superiores aos registrados na provisão. Os valores envolvidos não caracterizam obrigações legais. Em 31 de agosto de 2021 a companhia depositou judicialmente o montante de R\$ 10.072, que se refere ao processo de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, embora o trânsito em julgado tenha ocorrido em 21 de fevereiro de 2019, somente em 2 de setembro de 2020, a Receita Federal do Brasil resolveu verificar se os créditos tributários constituídos por meio de DCTF se referiam ao PIS e à COFINS efetivamente apurados sobre o ICMS incluído nas respectivas bases de cálculo. Para tanto foi expedido termos de intimação fiscal solicitando a apresentação de diversos documentos contábeis. Após análise, a Receita Federal do Brasil entendeu que a Companhia teria considerado, na apuração do PIS e COFINS incidentes sobre o ICMS destacado nas notas fiscais de saída, operações de venda de mercadorias e serviços que supostamente não teriam composto as bases de cálculo das referidas contribuições. Com isso, concluiu que parte dos créditos tributários de PIS e COFINS declarados nas DCTF vinculadas ao mandado de segurança não corresponderiam efetivamente ao valor do ICMS destacado nas notas e assim foi expedida carta cobrança para pagamento desses valores. Após análise detalhada dessa cobrança, a Companhia entendeu que a Receita Federal do Brasil cometeu diversos equívocos na sua apuração do PIS e COFINS, assim por questões judiciais houve a necessidade de proceder com o depósito judicial para impugnar essa cobrança feita indevidamente. Em 31 de dezembro de 2022, conforme acompanhamento realizado por nossos assessores jurídicos, este processo foi classificado como perda possível. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia reavaliou e concluiu que não há fatos ou fatores que mudem a conclusão anteriormente alcançada no momento da emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: O imposto de renda é calculado com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$240 no ano, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado tributável, exceto pelas controladas Rominor Comércio e Rominor Empreendimentos, para as quais o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro presumido. A seguir, encontra-se a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social da controladora, aplicando-se as alíquotas mencionadas, vigentes em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	179.147	281.876	183.358	279.089
Alíquota vigente (imposto de renda e contribuição social)	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota vigente	(60.910)	(95.838)	(62.342)	(94.890)
Juros sobre o capital próprio	24.543	20.246	24.543	20.246
Variação monetária Processo Selic	1.946	1.772	1.946	1.772
Pesquisa e desenvolvimento (“Lei do Bem” - Lei nº 11.196/05)	3.248	4.621	3.248	4.621
Equivalência patrimonial	19.398	6.991	–	–
IR/CSLL diferidos não constituídos de subsidiárias	–	–	7.197	642
Participação de Administradores	(1.890)	(3.195)	(1.890)	(3.195)
Outras (adições) exclusões, liquidas	(1.396)	(1.446)	8.527	7.811
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(15.061)	(66.849)	(18.771)	(62.993)

O valor nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é composto pela diferença nas apurações do imposto de renda e da contribuição social entre as formas de apuração real e presumido, devido às controladas Rominor Comércio e Rominor Empreendimentos serem optantes pelo regime do lucro presumido durante os períodos apresentados, e pela não constituição do imposto de renda diferido sobre os prejuízos fiscais das controladas no exterior, com exceção da BW. Segue a composição de despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Correntes	(15.954)	(69.217)	(21.601)	(67.356)
Diferidos	893	2.368	2.830	4.363
Total	(15.061)	(66.849)	(18.771)	(62.993)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Diferenças temporárias	25.687	6.406	2.312	8.718
Im-posto renda	6.406	2.312	8.718	22.485
Contri-buição social	2.312	8.718	5.607	2.024
Total	34.405	17.436	16.637	12.766

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo (i):	25.687	6.406	2.312	8.718
Estoques - provisão para realização	2.357	588	212	800
Reintegração de máquinas	1.707	433	154	587
Prejuízo fiscal	577	144	52	196
Ajustes a valor presente - clientes e fornecedores	4.251	1.060	383	1.443
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	1.083	270	98	368
Comissões condicionadas	5.497			



ROMI S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63

ROMI3
B3 LISTED NM



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Dividendos e juros sobre capital próprio ("JCP"): O estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária. A proposta de distribuição de juros sobre o capital próprio a título de dividendos e de constituição de reserva de lucros, da Administração à Assembleia Geral Ordinária, é conforme segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas	164.086	215.027
(-) Constituição de Reserva legal	(8.206)	(10.751)
Lucro passível de distribuição	155.880	204.276
Dividendos obrigatórios	(38.970)	(51.069)
Dividendos excedente já distribuídos	(33.214)	(8.478)
Total dos dividendos distribuídos	(72.184)	(59.547)
Constituição de reserva de lucros	83.696	144.729

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram aprovadas as distribuições de juros sobre capital próprio ("JCP") no montante de R\$72.184 e de dividendos intermediários ("Dividendos") no montante de R\$11.412, conforme comunicados ao mercado nas datas listadas abaixo: 1. Em 31 de janeiro de 2023, foi aprovada a distribuição dividendos obrigatórios do exercício de 2022 ("Dividendos") no montante bruto de R\$11.412, sendo 0,14 por ação, cujo pagamento foi realizado em 8 de março de 2023. 2. Em 14 de março de 2023, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio ("JCP") a serem imputados aos dividendos obrigatórios de 2023 no montante bruto de R\$18.553, sendo 0,23 por ação, cujo pagamento será realizado em 26 de abril de 2023. 3. Em 6 de junho de 2023, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio ("JCP") a serem imputados aos dividendos obrigatórios de 2023 no montante bruto de R\$18.634, sendo 0,21 por ação, cujo pagamento será realizado em 14 de julho de 2023. 4. Em 12 de setembro de 2023, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio ("JCP") a serem imputados aos dividendos obrigatórios de 2023 no montante bruto de R\$17.871, sendo 0,20 por ação, cujo pagamento será realizado em 18 de outubro de 2023. 5. Em 11 de dezembro de 2023, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio ("JCP") a serem imputados aos dividendos obrigatórios de 2023 no montante bruto de R\$17.126, sendo 0,19 por ação, cujo pagamento será realizado em 27 de dezembro de 2023. O montante total pago pela Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, líquido da retenção do imposto de renda, foi de R\$97.970. **Lucro por ação:** O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	164.086	215.027
Média ponderada das ações em circulação (ajustada por bonificação)	88.734	88.734
Lucro básico e diluído por ação - ajustado	1,85	2,42

O lucro básico por ação e o lucro diluído por ação são iguais pelo fato de a Companhia não possuir nenhum instrumento com efeito diluidor sobre o resultado por ação.

18. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA COMPLEMENTAR: A Companhia mantém contratado um plano de previdência privada complementar, com uma entidade aberta de previdência privada devidamente autorizada, em vigor desde 1º de outubro de 2000, destinado a todos os seus empregados e administradores, na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL, classificado como Contribuição Definida - CD. A natureza do plano permite à Companhia, a qualquer momento, a suspensão ou descontinuidade permanente de suas contribuições, por decisão única e exclusiva da própria Companhia. O custeio desse plano é suportado pela Companhia e pelos participantes, de acordo com o tipo de benefício ao qual são elegíveis. O montante de contribuições despendido pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi de R\$1.208 (R\$2.076 em 31 de dezembro de 2022). O dispêndio com o plano de previdência privada aberta complementar foi registrado nas demonstrações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, nas rubricas "Custo dos produtos e serviços vendidos", "Despesas com vendas", "Despesas gerais e administrativas" e "Pesquisa e Desenvolvimento", em virtude do centro de custo de referência de cada empregado.

19. SEGUROS: Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura para incêndio, vendaval, danos elétricos e roubo era composta por: (i) edificações - R\$189.303; (ii) máquinas e equipamentos - R\$585.532; (iii) estoques e máquinas pendentes de reintegração - R\$527.697; (iv) obras - R\$11.118; (v) bens em poder de terceiros - R\$93.035; e (vi) outros - R\$806.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS: (a) Considerações gerais: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados: • **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** reconhecidos pelo custo amortizado acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os quais se aproximam do seu valor de mercado. • **Duplicatas a receber e valores a receber - repasse FINAME fabricante:** comentados e apresentados nas Notas 4 e 5. • **Financiamentos e Financiamentos - FINAME fabricante:** comentados e apresentados nas Notas 13 e 14. A Companhia acredita que os demais instrumentos financeiros como valores a pagar de partes relacionadas que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia resolvesse liquidá-los antecipadamente. (b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia **Risco de preço das mercadorias:** esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no seu processo de produção. As receitas de vendas e principalmente o custo dos produtos e serviços vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou materiais poderão sofrer alterações. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço nos mercados nacional e internacional. **Risco de taxas de juros:** esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como a LIBOR e o CDI), com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado. **Risco de taxas de câmbio:** esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além das contas a receber originadas por exportações a partir do Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em "hedge" natural, para se proteger das oscilações de efeito de tradução, a Companhia avalia a exposição de efeitos de tradução. A Companhia possui instrumentos financeiros atrelados ao dólar norte-americano e ao Euro. Os instrumentos expostos à variação de efeitos de tradução são representados por duplicatas a receber, investimentos diretos, financiamentos de exportação e fornecedores. **Riscos Tributários:** esse risco está relacionado a mudança nas legislações tributárias e de entendimentos com relação às ações que a companhia figura como ré, que podem afetar direta ou indiretamente a rentabilidade da Companhia, sendo através de incremento de custo/despesa ou também pelo aumento da carga tributária sobre o lucro obtido. **Risco de crédito:** advém, principalmente, da possibilidade da Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. **Qualidade dos créditos:** devido a pulverização da carteira de clientes e ao fato desses clientes não possuírem classificação de risco concedida por agências avaliadoras, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Além disso, para todas as operações de FINAME Fabricante é exigida garantia real dos clientes. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia só as realiza em instituições com baixo risco de crédito. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pela Administração da Companhia. **Risco de liquidez:** a política de gestão do endividamento e de recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas de crédito, com ou sem lastro de recebíveis de exportação para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazos. Os cronogramas das parcelas de longo prazo dos financiamentos são apresentados na Nota 13. A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo:

	Consolidado				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2023					
Financiamentos	176.839	54.155	162.377	-	393.371
FINAME Fabricante	162.410	119.324	106.402	3.674	391.810
Fornecedores	80.128	-	-	-	80.128
Em 31 de dezembro de 2022					
Financiamentos	53.714	134.938	125.722	15.508	329.883
FINAME Fabricante	154.076	123.825	76.581	36.649	391.131
Fornecedores	135.557	-	-	-	135.557

Risco relacionado às operações de FINAME Fabricante: os passivos relacionados às operações de FINAME Fabricante têm como lastro os saldos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME Fabricante". Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas. **Risco de gerenciamento de capital:** o objetivo da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade operacional e oferecer retorno aos acionistas e beneficiários a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras, caixa e equivalente de caixa, e o capital próprio (patrimônio líquido), respeitando alçadas de aprovações e limites de endividamentos estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração, como demonstrado a seguir. Tais limites são revisados periodicamente pelo Conselho de Administração.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
(-) Total dos financiamentos	673.607	614.676	785.181	721.014
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	(216.256)	(21.662)	(282.418)	(131.999)
Aplicações financeiras (Nota 3)	(66)	(118.814)	(32.066)	(118.814)
Valores a receber - repasse FINAME fabricante (Nota 5)	(402.854)	(406.838)	(402.854)	(406.838)
Dívida (Caixa) líquida	54.431	67.362	67.843	63.363
Total do patrimônio líquido	1.169.511	1.093.127	1.169.511	1.093.127
Total do capital	<u>1.223.942</u>	<u>1.160.489</u>	<u>1.237.354</u>	<u>1.156.490</u>
Índice de alavancagem financeira - %	4,4%	5,8%	5,5%	5,5%

Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM: (i) **Variações na moeda estrangeira:** As flutuações do câmbio podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores de materiais em componentes importados, aumento ou redução nos saldos de valores a receber de clientes de exportação e aumento ou redução nos saldos de empréstimos e financiamentos, denominados em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2023, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos à efeitos de tradução. Os ativos e passivos com exposição a flutuação das taxas de câmbio registrados no balanço patrimonial são demonstrados no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	36.621	-	36.621	-
Duplicatas a receber	26.178	-	26.178	-
Partes relacionadas a receber	59.097	-	59.097	-
Outros créditos	1.550	-	1.550	-
Partes relacionadas a pagar	(1.415)	-	(1.415)	-
Financiamentos	(79.310)	-	(79.310)	-
Fornecedores	(11.247)	-	(11.247)	-
Adiantamentos de clientes	(6.022)	-	(6.022)	-
Outras contas a pagar	(884)	-	(884)	-
Exposição ativa líquida	24.568	-	24.568	-

A seguir estão demonstrados os ganhos que teriam sido reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de acordo com os seguintes cenários:

	Controladora		
	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
	(8.156)	(10.195)	(12.233)

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano e do Euro, conforme cotações obtidas no relatório de projeções, da seção de Análise Econômica do banco Santander Brasil, considerando a cotação projetada para o ano de 2024, sendo dólar a R\$5,05 e euro a R\$5,69. Os cenários II e III consideram um aumento do câmbio de 25% e de 50%, respectivamente. Os cenários prováveis, II e III estão sendo apresentados em atendimento à Instrução CVM nº 475/08. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações. (ii) **Variações na taxa de juros:** Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI, da SELIC e da TJLP. Em 31 de dezembro de 2023, foram estimados três cenários de aumento ou uma redução nas taxas de juros. A seguir está apresentada a exposição ao risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI e da TJLP.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculados ao CDI	177.906	220.695	177.906	220.695
Total de financiamentos vinculados ao CDI	(46.999)	(46.999)	(46.999)	(46.999)
Exposição ativa líquida	130.907	173.696	130.907	173.696

A análise de sensibilidade considera a exposição dos empréstimos e financiamentos, líquido das aplicações financeiras, indexadas ao CDI. As tabelas seguintes demonstram a perda (ganho) incremental que teria sido reconhecida (o) no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de acordo com os seguintes cenários: O cenário provável considera as taxas futuras de juros conforme cotações obtidas no relatório de projeções, da seção de Análise Econômica do banco Santander Brasil, considerando as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2024, no valor de 9,5%. Os cenários I e II consideram um aumento das taxas de juros em 25% e 50%, respectivamente.

	Controladora		
	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
	13.091	16.363	19.636

	Consolidado		
	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
	17.370	21.712	26.054

Exposição ativa líquida
Resalta-se que o FINAME Fabricante, por tratar-se de financiamento especificamente vinculado a operações de vendas que são devidas à Companhia, mas que, pelas regras do FINAME Fabricante, tem suas taxas de juros repassadas integralmente aos clientes, a Companhia entende não existir impacto financeiro no resultado decorrente da flutuação da taxa de juros nesses financiamentos. (c) Instrumentos financeiros por categoria: Os principais ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	216.256	21.662	282.418	131.999
Aplicações financeiras	66	118.814	32.066	118.814
Duplicatas a receber	104.220	161.309	310.552	303.894
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	402.854	406.838	402.854	406.838
Partes relacionadas	60.776	60.148	-	-
Outros créditos, exceto adiantamentos e máquinas pendente reintegração	16.774	16.027	16.353	36.180
Depósitos judiciais	12.150	12.200	12.150	12.200
Passivos financeiros ao custo amortizado:				
Financiamentos	281.797	223.545	393.371	329.883
Financiamentos - FINAME fabricante	391.810	391.131	391.810	391.131
Fornecedores	56.071	106.976	80.128	135.557
Outras contas a pagar	9.297	9.707	37.751	37.384
Partes relacionadas	206	1.490	-	-

21. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO - CONSOLIDADO: Para gerenciar suas operações, a Companhia está organizada em três unidades de negócio, as quais são base para reportar as suas informações primárias por segmento, sendo: Máquinas Romi, Máquinas Burkhardt+Weber e Fundidos e Usinados. Apesar de a unidade de negócio Fundidos e Usinados ter apresentado prejuízo operacional, a Companhia concluiu que não há nenhum indicativo que leve à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis, conforme mencionado na NE 11. As demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de forma comparativa com o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com os segmentos da Companhia:

	31.12.2023					
	Máquinas Romi	Máquinas Burkhardt + Weber	Fundidos e usinados	Outros segmentos	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Receita operacional líquida	781.864	225.584	222.595	-	-	1.227.247
Custo dos produtos e serviços vendidos	(382.238)	(176.218)	(302.852)	-	-	(859.705)
Transferências remetidas	1.896	-	73.603	-	(75.499)	-
Transferências recebidas	(73.603)	-	(1.896)	-	75.499	-
Lucro bruto	320.726	49.366	(8.550)	-	-	367.542
(Despesas) receitas operacionais:						
Vendas	(86.546)	(18.867)	(5.974)	-	-	(111.387)
Gerais e administrativas	(48.373)	(29.420)	(20.638)	-	-	(98.431)
Pesquisa e desenvolvimento	(23.193)	-	(6.967)	-	-	(30.160)
Honorários da Administração	(8.757)	-	(5.475)	-	-	(14.232)
Outras receitas operacionais líquidas	7.869	-	-	51.966	-	59.835
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	167.727	1.079	(47.604)	51.966	-	173.167
Estoques	443.581	93.671	69.755	-	-	607.007
Depreciação e amortização	31.288	9.500	15.250	-	-	56.038
Imobilizado, líquido	320.058	60.551	74.070	-	-	454.679
Intangível	637	43.722	3	-	-	44.362
	Europa	América Latina	América do Norte	África e Ásia	Total	
	437.328	665.939	95.092	28.888	-	1.227.247

	31.12.2022					
	Máquinas Romi	Máquinas Burkhardt + Weber	Fundidos e usinados	Outros segmentos	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Receita operacional líquida	904.600	180.566	507.136	-	-	1.592.302
Custo dos produtos e serviços vendidos	(428.190)	(169.667)	(485.613)	-	-	(1.083.470)
Transferências remetidas	1.277	10.464	90.130	-	(101.871)	-
Transferências recebidas	(100.594)	-	(1.277)	-	101.871	-
Lucro bruto	377.092	21.363	110.377	-	-	508.832
(Despesas) receitas operacionais:						
Vendas	(102.591)	(16.922)	(6.243)	-	-	(125.756)
Gerais e administrativas	(43.179)	(27.221)	(20.976)	-	-	(91.376)
Pesquisa e desenvolvimento	(22.178)	-	(7.729)	-	-	(29.907)
Honorários da Administração	(9.446)	-	(8.129)	-	-	(17.575)
Outras receitas operacionais líquidas	4.042	-	-	22.878	-	26.920
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	203.740	(22.780)	67.300	22.878	-	271.138
Estoques	471.563	70.681	98.553	-	-	640.797
Depreciação e amortização	24.562	11.875	14.309	-	-	50.746
Imobilizado, líquido	294.017	60.906	65.353	-	-	420.276
Intangível	805	50.204	3	-	-	51.012
	Europa	América Latina	América do Norte	África e Ásia	Total	
	285.466	1.254.241	46.035	6.560	-	1.592.302

 ROMI	ROMI S.A. Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63	ROMI3 B3 LISTED NM		 Índice de Ações com Tag Along Diferenciado
→ continuação				
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA		CONSELHO FISCAL
Américo Emílio Romi Neto - Presidente do Conselho de Administração Carlos Guimarães Chiti - Vice-Presidente do Conselho de Administração Antonio Cândido de Azevedo Sodré Filho - Membro do Conselho de Administração José Carlos Romi - Membro do Conselho de Administração Mônica Romi Zanatta - Membro do Conselho de Administração Paulo Romi - Membro do Conselho de Administração Marcio Guedes Pereira Junior - Membro do Conselho de Administração		Luiz Cassiano Rando Rosolen - Presidente Fernando Marcos Cassoni - Vice-Presidente		Alfredo Ferreira de Marques Filho Clóvis Ailton Madeira Walter Luis Bernardes Albertoni
		Fábio Barbanti Taiar - Diretor Tales Caires Aquino - Diretor	Douglas Pedro de Alcântara - Diretor Maurício Lanzellotti Lopes - Diretor	CONTADORA
				Josiane Perdigão Gibin - CRC - SP202148/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal de Romi S.A. procedeu ao exame do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e da Proposta de Destinação de Resultados e de Distribuição de Dividendos, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como da Proposta da Administração no que tange ao Orçamento de Capital para o exercício de 2024. Com base nas informações disponibilizadas e, tendo recebido esclarecimentos por parte da Administração e dos Auditores Independentes, opina que referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

Alfredo Ferreira Marques Filho	Santa Bárbara d'Oeste, 30 de Janeiro de 2024	Walter Luis Bernardes Albertoni
	Clóvis Ailton Madeira	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **Romi S.A. - Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Romi S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Romi S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme descrito na nota explicativa 2.16.b, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, segue o entendimento manifestado pela CVM no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Ativo imobilizado e intangível - Avaliação de indicativos de redução do valor recuperável do ativo imobilizado e intangível para os segmentos de "Fundidos e Usinados" e "Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W)"/>**. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, principalmente pelas oscilações ocorridas no mercado de atuação dos segmentos de Fundos e Usinados e B+W, julgamos que a avaliação de indicativos de redução do valor recuperável de ativo imobilizado e ativo intangível foi importante durante cada um dos trimestres do exercício findo naquela data. No último trimestre do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração avaliou a existência de eventuais indicativos que pudessem requerer a execução de teste de recuperabilidade do ativo imobilizado e intangível para estas duas unidades geradoras de caixa e concluiu sobre a não existência de indicativos. Nós executamos procedimentos de auditoria preliminares sobre algumas das estimativas e premissas de negócio relevantes que pudessem nos indicar se os ativos possam ter sofrido desvalorização, quando aplicável, para eventual identificação de risco de distorção material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos preliminares aplicados, não identificamos

indicativos de redução do valor recuperável para os segmentos Fundidos e Usinados e B+W e assim consideramos aceitável o valor do ativo imobilizado e do ativo intangível dos segmentos Fundidos e Usinados e B+W no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 30 de janeiro de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Paulo de Tarso Pereira Jr.
Contador
CRC nº 1 SP 253932/O-4

Deloitte.**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Os diretores inframencionados declaram que o conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram por nós preparadas, revisadas, discutidas e não temos nenhum assunto relevante que mereça qualquer comentário adicional àqueles já descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Luiz Cassiano Rando Rosolen - Presidente Fernando Marcos Cassoni - Vice-Presidente	Santa Bárbara d'Oeste, 30 de Janeiro de 2024 Fábio Barbanti Taiar - Diretor Douglas Pedro de Alcântara - Diretor	Maurício Lanzellotti Lopes - Diretor Tales Caires Aquino - Diretor
---	--	---

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os diretores inframencionados declaram que reviram, discutiram e concordam com o Relatório de Revisão emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Romi S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Luiz Cassiano Rando Rosolen - Presidente Fernando Marcos Cassoni - Vice-Presidente	Santa Bárbara d'Oeste, 30 de Janeiro de 2024 Fábio Barbanti Taiar - Diretor Douglas Pedro de Alcântara - Diretor	Maurício Lanzellotti Lopes - Diretor Tales Caires Aquino - Diretor
---	--	---

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS 2023

O Comitê de Auditoria e Riscos de **Romi S.A.** ("Comitê"), eleito em 14/03/2023, no período entre sua eleição e a presente data se reuniu ao todo 6 vezes, sendo 4 reuniões com a presença do Conselho Fiscal e da Auditoria Independente, para análise das Informações Financeiras Trimestrais, conforme seu Regimento Interno. Os principais assuntos debatidos foram: 1. Atividades da Auditoria Interna, bem como a evolução e implementação dos planos de ação definidos para remediar as deficiências identificadas; 2. Informações Financeiras Trimestrais e

Demonstrações Financeiras em conjunto com o Conselho Fiscal e a Auditoria Independente; 3. Carta de Recomendações da Auditoria Independente; 4. Orçamentos 2024 da Auditoria Interna e do Comitê de Auditoria e Riscos; 5. Plano de Auditoria realizado em 2023 e proposto para 2024; e 6. Programa de Compliance e Sistema de Gerenciamento de Riscos, incluindo Canal de Denúncias e implementação de práticas ESG. Considerando a análise dos assuntos acima, incluindo as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 2023, o

Comitê conclui que a Companhia encontra-se em conformidade com as normas legais, regulatórias, estatutárias e suas políticas.

Santa Bárbara d'Oeste, SP, 29 de janeiro de 2024

Márcio Guedes Pereira Júnior - Coordenador
Antônio Cândido de Azevedo Sodré Filho
Antônio Carlos Bonini Santos Pinto



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>